



Ata da septuagésima (70ª) Sessão Ordinária do primeiro (1º) ano da décima nona (19ª) Legislatura da Câmara Municipal de Goiânia.

Às nove (09) horas e trinta (30) minutos, do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte um (16.09.2021), no Plenário Vereador Trajano Guimarães, teve início a septuagésima (70ª) Sessão Ordinária, do primeiro (1º) ano, da décima nona (19ª) Legislatura, presidida pelo Vereador **CLÉCIO ALVES** que a declarou aberta sob a proteção de Deus. Iniciando, o Senhor Presidente, convidou o Vereador **LEANDRO SENA** para ler um trecho bíblico e, em seguida, designou o Vereador **ANSELMO PEREIRA** para ler a Ata da Sessão anterior que, não havendo pedido de retificação ou impugnação, foi declarada aprovada pelo Senhor Presidente, de acordo com o que determina o parágrafo 2º do artigo 67 do Regimento Interno, sendo assinada pelos Vereadores: **CLÉCIO ALVES** – Presidente em exercício; **ANSELMO PEREIRA**- 1º Secretário; **ISAÍAS RIBEIRO** - 2º Secretário em exercício. **Não houve expediente a ser lido. Às 09h53min (nove horas e cinquenta e três minutos), o Senhor Presidente passou para o Pequeno Expediente. Utilizou a tribuna o Vereador Mauro Rubem.** Apresentaram matérias os seguintes vereadores: **ISAÍAS RIBEIRO**, Projeto de Lei que “Altera o artigo 1º e acrescenta o parágrafo 3º ao mesmo artigo da Lei nº 10.552 de 12 de novembro de 2020, estendendo às unidades de saúde do Município de Goiânia, os termos desta lei”; Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 9.857 de 22 de junho de 2016, que “Dispõe sobre a implantação do projeto Eco Goiânia que cria sistema de adoção de lixeiras educativas a serem instaladas ao longo dos logradouros públicos no município de Goiânia e dá outras providências”; requerimentos endereçados à SEINFRA e AMMA; **RONILSON REIS**, Projeto de Decreto Legislativo que “Concede Título Honorífico de Cidadania Goianiense ao Pr. Samuel Câmara”; Projeto de Lei que “Dispõe sobre a proibição de se exigir apresentação de comprovante de vacinação ou Certificado de Imunização e Segurança Sanitária (Passaporte da Vacina) contra a COVID-19 no âmbito do município de Goiânia e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo que “Concede Título Honorífico de Cidadania Goianiense à Sra. Suêd Haidar Nogueira; requerimentos endereçados à SEINFRA, SMT e SMM; **LUCIULA DO RECANTO**, Projeto de Lei que “Altera a Lei Complementar nº 014 de 29 de dezembro de 1992”; **SABRINA GARCÊZ**, requerimento endereçado ao Chefe do Poder Executivo solicitando informações sobre a conclusão das obras, bem como solicitar celeridade no serviço de construção, com roçagem, jardinagem, instalação de bancos, lixeiras, parquinho infantil e equipamentos de academia ao ar livre na Praça do Residencial Tempo Novo; requerimentos endereçados à Presidência solicitando que seja enviado Moção de Aplauso a Primeira-Dama do Estado de Goiás e Presidente de Honra da Organização das Voluntárias de Goiás - OVG, Sra. Maria das Graças de Carvalho Caiado, parabenizando pelo trabalho executado e que seja realizada Sessão Especial

em homenagem ao Conselho Municipal da Juventude; requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Relações Institucionais solicitando informações quanto à conclusão das obras do CMEI Jardim Real; requerimento endereçado ao Prefeito solicitando o remanejamento temporário da jornada de trabalho dos servidores que executam serviços externos; **CÉLIO SILVA**, Projeto de Lei que “Declara de utilidade pública a Associação dos Idosos do Parque Amazônia - ASSIPAM”; **LEANDRO SENA**, requerimento endereçado à SEINFRA; **THIALU GUIOTTI**, requerimentos endereçados à COMURG e SMM; **JOÃOZINHO GUIMARÃES**, requerimentos endereçados à SEINFRA; Projeto de Lei que “Cria a Casa de Apoio ao Terceiro Setor no município de Goiânia”; **ANSELMO PEREIRA**, Projeto de Lei que “Institui a Comenda Juscelino Kubitschek e dá outras providências”; requerimentos endereçados à COMURG, SEINFRA, SMM e Secretaria Municipal de Esportes; **MESA DIRETORA**, Projeto de Resolução que “Altera a Resolução nº 026 de 19 de dezembro de 1991 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia”; **CABO SENNA**, Projeto de Decreto Legislativo que “Concede ao Município de Goiânia o título de Capital do Agronegócio e dá outras providências”; **AAVA SANTIAGO**, requerimento endereçado à Presidência solicitando o uso da Tribuna Livre na sessão do dia 30 de outubro com a Professora Titular da Faculdade de Educação da UFG Maria Margarida Machado; requerimentos endereçados à SMM, SEINFRA, SEDEC e GCM; **MAURO RUBEM**, requerimentos endereçados à SEINFRA e ao Prefeito. O Vereador Joãozinho Guimarães justificou a ausência do Vereador Juarez Lopes que estava acompanhando o Prefeito. **O Vereador Anselmo Pereira solicitou registro da presença honrosa do Senhor Ronaldo Rodrigues Gomes** (Vereador em Bela Vista), **do Senhor Júnior Café** (Presidente do IMAS) e **da Senhora Suêd Haidar** (Presidente Nacional do PMB). Às 10h05min (dez horas e cinco minutos), foi suspensa a presente Sessão para o uso da Tribuna Livre. Iniciou-se o lançamento da Comenda Juscelino Kubitschek. Usaram a tribuna os senhores: **Professor Breno Mendes**, **Jales Mendonça** (Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás) e **Edward Madureira** (Reitor da Universidade Federal de Goiás). **O Vereador Anselmo Pereira solicitou que se registre nos anais desta Casa de Leis o discurso proferido pelo Professor Breno Mendes, o qual se encontra em anexo a esta Ata.** Às 10h05min (dez horas e cinco minutos) a Tribuna Livre passou a ser utilizada pelos representantes do PMB (Partido da Mulher Brasileira): **Suêd Haidar** (Presidente Nacional do Partido), **Santana Pires** (Presidente Estadual do Partido), **Sidclei Bernardo** (Vice-Presidente Nacional do Partido) e **Vanessa Barros** (Secretária Executiva). Às 11h46min (onze horas e cinco minutos) foi reaberta a presente Sessão. Os requerimentos de nº 6.185 a 6.624/21 foram aprovados de plano, pelo Senhor Presidente, de acordo com o que determina a alínea “a” do artigo 82 do Regimento Interno. **O requerimento nº. 6.625/21** foi enviado à Presidência da Casa. **Os requerimentos nº 6.626 a 6.630/2021** foram enviados à Diretoria Legislativa para serem inseridos em Pauta. Às 11h55min (onze horas e cinquenta e cinco minutos) foi suspensa novamente a presente Sessão para a continuidade das falas dos representantes do Partido da Mulher Brasileira - PMB. Às 12h02min (doze horas

2º Secretário:

**A importância histórica do presidente Juscelino Kubitschek
para o desenvolvimento do Brasil e de Goiás, para a soberania
e para a democracia no Brasil**

Breno Mendes

Faculdade de História (UFG)

Cumprimento o presidente da câmara municipal de Goiânia,
vereador Romário Policarpo;

Cumprimentos os vereadores Anselmo Pereira, Mauro Rubem e
Aava Santiago; membros da Frente Parlamentar em Defesa das
Instituições Federais de Ensino Superior em Goiás;

Cumprimento o magnífico reitor da Universidade Federal de
Goiás, professor Edward Madureira Brasil;

Cumprimento o presidente do sindicato ADUFG, Flávio Alves da
Silva, o presidente da Associação de Egressos da UFG, Eliomar
Pires e o presidente do SINT-IFE GO Fernando César Silva.

Cumprimento os representantes das instituições culturais de
Goiânia aqui presentes.

Senhoras e senhores presentes, bom dia.

Eu me sinto honrado com o convite para representar a diretoria da
Faculdade de História e fazer uso da palavra na tribuna livre dessa
casa.

É grande a responsabilidade da missão de falar sobre memória de Juscelino Kubistchek, um mineiro de Diamantina que tem sua história intimamente ligada à Goiás, sendo eu mesmo também um mineiro de nascimento e radicado em Goiás

Gostaria de iniciar o meu discurso com uma máxima da sabedoria popular, que será uma espécie de eixo norteador da minha exposição: “os homens passam, as obras ficam. As pessoas passam, as instituições ficam”. Aliás, acredito que o próprio Juscelino estaria de acordo com esse princípio, pois em um de seus discursos na campanha presidencial de 1955 afirmou que “a democracia não é um dom de ninguém, não é favor de ninguém, não é um bem arrendado que possa reverter ao seu dono permanente” (KUBITSCHKEK *apud* BOJUNGA, p. 335).

Pensando nisso, quero me juntar às comemorações do aniversário de Juscelino Kubitschek com um trabalho de *consciência histórica*. Ou seja, tendo como ponto de partida as nossas carências de orientação no presente, incentivar a lembrança da experiência do passado que seja capaz de abrir o nosso horizonte de expectativa de futuro (cf. RÜSEN, 2001).

Portanto, mais do que abordar a evolução do caráter de um herói, quero focalizar o modo como certas virtudes éticas e políticas foram colocadas à prova em momentos de crise e instabilidade, e podem nos trazer alguma iluminação no contexto atual.

Sem dúvida, o mito político em torno da imagem de JK é bem conhecido de vocês: o homem público aberto ao diálogo, articulador de consensos, que conseguiu notável apoio popular sem recorrer ao autoritarismo. Segundo historiadores, o *estilo Kubitschek* de fazer política envolve “talento de negociador, astúcia política, visão empresarial e capacidade de reconhecer as qualidades alheias – além de um sorriso que ficou famoso” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 416). Ou seja, ser alguém com a habilidade de acender a chama da esperança mesmo em tempos instáveis, prometendo que era possível ao povo brasileiro acelerar o tempo histórico e crescer “cinquenta anos em cinco”. Talvez por isso, o escritor Cláudio Bojunga tenha escolhido o seguinte título para a sua biografia: *JK: o artista do impossível*.

Como qualquer personagem histórico, Juscelino não foi isento de ambiguidades e paradoxos. Mas, mesmo que sua obstinação em busca do novo pudesse soar como insensatez, seu entusiasmo não deixava de contagiar as outras pessoas com um impulso para a ação e para o trabalho. Nos anos 1950 não foram poucos os que viram a iniciativa de construir uma nova capital em pleno planalto central como uma loucura que dificilmente obteria sucesso

Como vocês sabem, o plano de metas do governo JK mostrou como o planejamento econômico era capaz de viabilizar uma bem-sucedida aliança entre diferentes grupos sociais em torno de um projeto nacional cujo principal objetivo era vencer o subdesenvolvimento econômico do país e diminuir as injustiças

sociais. “O plano de metas foi o primeiro e o mais ambicioso programa de modernização já apresentado ao país” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 415). Certamente, o projeto não era perfeito e trouxe o crescimento econômico com alguns efeitos colaterais. Apesar disso, demonstrou a importância do planejamento na definição das políticas públicas e o papel indutor do Estado no desenvolvimento econômico e na promoção de um estado de bem-estar social.

Hoje, ao olharmos para os chamados *anos dourados* da nossa história na década de 1950, creio que a principal virtude política que podemos aprender é a seguinte: é possível conciliar *crescimento econômico, democracia política e florescimento cultural*.

O caminho para a execução desse projeto passava pela negociação e pelo permanente diálogo seja com os apoiadores, seja com os opositores.

Além disso, quando sancionou as leis federais de criação da UFG e da UNB no início da década de 1960, JK mostrou que *as universidades públicas devem ser vistas como aliadas e não como inimigas do desenvolvimento do Brasil*, afinal, a UFG nasceu impulsionada por um discurso modernizador e atenta às demandas sociais de Goiás. O incentivo do governo federal foi decisivo para promover a interiorização do ensino superior no Brasil, a partir de um modelo de educação pública, laica, gratuita e de qualidade. No

livro de memórias *Meu caminho para Brasília*, podemos encontrar as seguintes palavras de JK: “o desenvolvimento de um país se apoia tradicionalmente em três setores fundamentais: educação, modernização da agricultura e industrialização (...) a cultura, ao lado da saúde, desempenha um papel cada dia mais relevante na estruturação da sociedade que evolui a nossos olhos” (KUBITSCHKE, 2020, p. 182; 184).

Paralelamente à criação de universidades federais, a transferência da capital federal para Brasília em 1960 simbolizou, a um só tempo, “o desejo de integração do interior ao centro, do país ao mundo, da tradição ao moderno” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 426). A fama dessa *marcha para o oeste* é memorável e serviu, entre outras coisas, para consolidar a integração econômica do centro-oeste ao resto do país.

Depois de deixar a presidência da República, Juscelino Kubitschke retornou à vida política como senador pelo estado de Goiás. Aliás, sua atuação no Senado Federal traz um sinal de alerta para os tempos sombrios que vivemos hoje. O alerta é: jamais devemos menosprezar aqueles que fazem ameaças à democracia e expressam a expectativa de um golpe de estado. É de conhecimento público que, em um primeiro momento, Juscelino apoiou a eleição indireta de Castello Branco em 1964 e, conseqüentemente, o golpe militar instalado no país. Fez isso, porque esperava que os militares cumprissem a promessa de que as eleições de 1965 seriam mantidas, resguardando, assim, suas chances de retornar à

presidência da república nos braços do povo, de maneira semelhante ao que havia acontecido com Getúlio Vargas. Como sabemos, os militares jamais cumpriram sua promessa. Em julho daquele mesmo ano, o mandato de JK como senador por Goiás foi cassado pela ditadura militar e o antigo presidente teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos.

Para finalizar, gostaria de retomar algo que disse no início. Os homens passam, os valores éticos e as virtudes políticas ficam. Nesse sentido, penso que uma importante virtude que podemos aprender com a experiência histórica de JK é a *esperança*. Isso envolve acreditar que a História está disponível para a intervenção humana e, portanto, como diria Brecht, “nada deve parecer impossível de mudar”. Mais do que nunca nos últimos anos, hoje precisamos de um projeto político que alimente a esperança de que a construção de uma outra sociedade é possível a partir do encontro entre a ação do estado e o desejo coletivo do povo. Pois, como afirma a ilustre filósofa alemã Hannah Arendt, “mesmo no tempo mais sombrio, temos o direito de esperar alguma iluminação” (ARENDR, 2008, p. 6).